

Cotidiano, violência e movimento social: histórias de uma travesti militante em Manaus (1996-2017)¹

Daily, violence and social movement:
history of a militant transvestite in Manaus (1996-2017)

Michele Pires Lima²

Resumo

Este artigo analisa a trajetória de uma travesti militante e sua atuação no primeiro movimento homossexual, e posteriormente LGBT, organizado em Manaus. Para isso, utilizamos a História Oral como metodologia que viabiliza o registro e a análise das memórias individuais, das subjetividades, dos significados do gênero, da importância do ativismo político e do impacto desses elementos ao longo da vida. Vislumbramos, assim, a trajetória de uma personagem para além das fronteiras socioculturais hegemônicas. E, justamente por isso, pretendemos abrir um caminho para que outras/os travestis e transexuais narrem suas memórias e para que estas sejam analisadas, interpelando a historiografia tradicional sobre “o que diz respeito à História e o que não diz”.

Palavras-chaves: Travesti, Militância, Trabalho Sexual.

Abstract

This article analyzes the trajectory of a militant transvestite in Manaus and her engagement in the first organized homosexual – later LGBT – movement in Manaus. For that, we used Oral History as this is a methodology that allows the recording and analysis of individual memories, of subjectivities, of the meanings of gender, of the importance of political activism and of the impact of those elements throughout life. We focused on the trajectory of a subject existing beyond the hegemonic social and cultural boundaries. And rightly so, we aim to open the path for other transvestites and transsexuals to narrate their memories and for those narratives to be analyzed, interpellating traditional historiography on “what concerns History and what does not.”

Keywords: Transvestite, Militancy, Sex work.

Era uma tarde quente do verão amazônico. Neste dia, Manaus fervilhava por causa da disputa eleitoral por vagas na prefeitura e Câmara de Vereadores³. Era 1996. No bairro

¹ Agradeço o apoio do orientador Prof. Dr. Julio Claudio da Silva e do amigo Eraldo Menezes que muito contribuíram para efetivação deste artigo.

² Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Amazonas/CAPes. Membro da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas – ASSOTRAM.

³ A eleição para prefeitura de Manaus, especificamente, se deu em dois turnos. O primeiro foi disputado por Alfredo Nascimento (PPB), Candido Honório Ferreira (PT do B), Danízio Valente Gonçalves (PRTB), Serafim Fernandes Corrêa (PSB), Gilberto Mestrinho (PMDB), Irineia Vieira dos Santos (PSTU), Raimundo Nonato Marreiros (PDT) e Evandro das Neves Carreira (PMN). No segundo turno somente disputaram Alfredo Nascimento e Serafim Corrêa, tendo o primeiro ganhado a eleição, com 160 mil votos. Dados disponíveis

Lírio do Vale, especificamente no Conjunto Augusto Montenegro, essa intensidade política e social não era sentida com a indiferença do restante da cidade. Foi diante desse cenário que Rebecca Carvalho, então com seus 26 anos, “recém-saída” do processo de transição como travesti, conhece o futuro amigo e confidente Adamor Guedes, líder e precursor do Movimento Homossexual no Amazonas. Lá, próximo de sua casa, visitava cotidianamente Beto Brasil, identificado por Carvalho como “uma bicha legal”. Em uma de suas visitas diárias, Beto apresenta Rebecca a Adamor, de quem, no dizer dela, “(...) fiquei amiga; eu ia lá pra casa dela, e a gente bebia, mas até então não sabia onde eu fazia programa, nem nada”.

O cultivo da nova amizade, entre diversões e bebidas, não foi suficiente para que Guedes soubesse do trabalho de Rebecca. Ou melhor, pouco ou quase nada de sua vida sabia.

Não dizer que “fazia programa” era um recurso que Rebecca utilizava para se proteger das reações das pessoas. Essa tentativa de autoproteção inclui ter omitido da mãe e provavelmente de outros familiares sua transição de gênero, pois estes não sabiam do seu reconhecimento como travesti. Ela nos diz que no bairro onde morava com a família – Conjunto Augusto Montenegro – usava acessórios considerados masculinos e o cabelo preso, embora já estivesse hormonizada e com o cabelo comprido. A mãe, aos poucos, foi percebendo suas mudanças, pois até então Rebecca se entendia como guei.⁴

Lançar mão de tecnologias para borrar sua identidade de gênero naquele momento constituía um modelo de resistência aos olhares e práticas disciplinadoras da sociedade. Isso pode ser sentido ao se preocupar com a exclusão que poderia acarretar

em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

⁴ Aos 16 anos a entrevistada assumiu, *a priori*, a homossexualidade, tendo que deixar seu lar por conta das opressões vivenciadas cotidianamente advindas de seus irmãos. Após sua saída, Rebecca passa a morar com o marido/namorado, o que durou cerca de 10 anos. Após o término do relacionamento, a entrevistada voltou a morar com a mãe no Conjunto Augusto Montenegro, no bairro Lírio do Vale, zona oeste de Manaus.

Utilizo o termo “guei”, e não *gay*, com o intuito de desvincular de conceitos tipicamente norte-americanos, percebendo a importância da valorização das identidades e dialetos latino-americanos. Para isso, cito o canônico trabalho de João Trevisan (2018), *Devassos no paraíso*.

caso sua mãe descobrisse as transformações corporais e subjetivas a que se submeteu para adequar-se ao gênero feminino.⁵ Portanto, o “ritual de transformação” das travestis e das transexuais deve ser compreendido como ato político, através da relação com aspectos econômicos e sociais, que “exigem” a modelação dos seus corpos para serem apresentados e lidos socialmente como femininos.

Ao refletir sobre a relação entre memória e identidade social, Michael Pollack observa ser parte constituinte do processo de identidade a imagem construída “e apresenta[da] aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. A ligação entre memória e construção da identidade social, no caso aqui a de gênero, é evidente na costura das lembranças sobre os sentidos de “fazer-se travesti” (POLLAK, 1992, p. 204). A importância da história e da memória para pensar essas experiências vividas constitui, como nos mostra Marta Gouveia Rovai, o dever e o comprometimento dos historiadores com as “feridas da memória”, pois explicitam a “ousadia e o desejo de superação” acerca dos medos e das dores que acompanham a trajetória das diferentes formas de mulheridades subalternizadas pelas investidas da dominação masculina. Isto quer dizer que as investidas do universo masculinizado partem do princípio de que tudo e todos os que demonstrem corpos, formas, jeitos feminizados são passíveis dos desejos e querereres do homem, que reivindica para si uma masculinidade viril e, de certa maneira, frágil (ROVAI, 2017, p. 7).

A memória feminina, nesse sentido, diz respeito não somente àquelas que desde seu nascimento se veem como mulheres, senão também àquelas que ao nascerem foram assimiladas socialmente como homens por conta do sexo masculino, porém, à medida que vão crescendo, reivindicam para si a identidade de gênero mulher. Dessa forma,

⁵ Tiago Duque, ao escrever uma etnografia sobre travestis adolescentes, afirma que, enquanto o desejo por uma pessoa do mesmo gênero provoca vergonha e é assimilado como homossexualidade, viver uma identidade de gênero oposta ao pré-determinado pela sociedade implica a construção e o reforço de um estigma pelo coletivo social. Contudo, esse estigma possibilita diferentes experiências, ao mesmo tempo em que é manipulado pelas travestis, para terem acesso a diversos lugares públicos. DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 39-40.

memória e identidade são fatores presentes quando analisamos as memórias dos sujeitos que, durante a relação dialógica nas entrevistas, constroem e reivindicam características específicas que moldam suas identidades. Por isso, aqui, a História Oral busca observar atentamente as narrativas das diferentes formas de mulheres, retirando do horizonte dos pesquisadores o objetivo de “dar voz” àquelas que, ingenuamente, são compreendidas como vítimas. Pelo contrário, temos o dever de dar escuta e atenção ao que têm a nos dizer sobre suas experiências, que generosamente nos cedem, como também ampliar as disputas por memória.

Diante disso, objetivamos, aqui, analisar as memórias de uma travesti que participou ativamente do primeiro movimento LGBT do estado, o Grupo Gay do Amazonas. Esta instituição iniciou suas atividades na Rua Marechal Deodoro, no Edifício Galeria Central, em 1992, sob a liderança do ativista Adamor Guedes. Era mantida por contribuições advindas dos associados, cerca de 600 pessoas, e também de entidades internacionais. As memórias de Rebecca apresentam não só o passado dessa instituição, que existiu por cerca de quatorze anos, mas também sua representatividade dentro de um espaço político ocupado majoritariamente por homens gueis. Essas memórias, portanto, possibilitam:

(...) que a pluralidade de sentidos se manifeste na construção do conhecimento histórico; é também permitir que na construção desse conhecimento aflore a polifonia de vozes que se esconde no *corpus* pesquisado; é, antes de tudo, dar visibilidade ao outro, deixar que a voz do outro aflore no texto interpretativo (COSTA, 2014, p. 51).

Desse modo, foi no estreitamento de sua relação com o movimento social que ocorreu, de certa forma, o seu gradativo distanciamento do trabalho sexual. Assim sendo, Rebecca rememora algumas situações que desembocaram em seu afastamento. Uma delas foi quando bebeu junto com outras travestis e foi:

(...) dormi na casa da Bicha Loura e, quando foi de manhã, chegou uma bicha morta de colocada, a Queixinho; chegou lá, bateu na porta, quebrando tudo; aí

eu acordei nervosa e fui na briga com ela. A Bicha Loura foi a favô da Queixinho e me deu uma facada no meu pescoço por trás.⁶

Tendo que ir urgentemente para o hospital, Rebecca recebeu a notícia de que por pouco não tinha morrido. Ao passar cerca de uma semana hospitalizada, pôde pensar se voltaria ou não a trabalhar na rotatória da Bola da Suframa⁷, já que estava começando a participar do movimento social e das reuniões do Grupo Gay do Amazonas. Contudo, as circunstâncias levaram-na a retornar ao trabalho, porém em outro território de prostituição hegemônico na cidade: o Centro de Manaus.

Quando eu ia voltá, o rapaz que tava trabalhando na Bola da Suframa, que tinha uma banquinha lá, ele falou pra eu não ir pra Bola da Suframa, que a Bicha Loura tinha contratado uma outra bicha pra me matá lá, se eu baixasse. Sabia que eu era perigosa, já tinha fama também. Então comecei a batalhá no Teatro Amazonas.⁸

O Centro Comercial há tempos configura um polo importante de trabalho sexual, abarcando uma diversidade de pessoas e de atividades que giram em torno deste exercício. Bares, boates, lupanares e mesmo ruas e avenidas são compreendidos como espaços de sociabilidade entre profissionais, clientes e visitantes, mas não só isso; a rede de solidariedade construída por esse conjunto de pessoas deve-se ao processo de violação dos direitos humanos propalado pela simbiose entre os jornais e a polícia. Ademais, esse fator, nomeado de “rede de amizades”, segundo Rafael França e Márcio Nicolau, além de combater as forças da ordem, é necessário para transformar “a vida precarizada em vida potente, criativa” implicando a resistência ao sistema cis-heteronormativo inserido na dinâmica biopolítica (SANTOS & NICOLAU, 2018, p. 80-86).

Embora a rede de solidariedade estivesse presente no cotidiano das travestis e transexuais, as hierarquias por tempo de trabalho e as rivalidades territoriais viabilizavam

⁶ Comum entre os sujeitos da comunidade LGBT, a palavra “colocada” torna-se sinônimo de *embriagada, dopada de bebida alcóolica*. Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM).

⁷ A Bola da Suframa localiza-se no bairro Crespo, zona sul de Manaus. É uma rotatória que interliga diversas avenidas, tendo as Rodrigo Otávio, Silves, Danilo Areosa e Ministro João Gonçalves de Souza. Esta última avenida permite o acesso ao Distrito Industrial de Manaus. Durante o dia, funciona em seu centro o museu Homem do Norte e o Centro Cultural dos Povos da Amazônia. À noite, encontra-se funcionando o trabalho sexual exercido, particularmente, por travestis e transexuais, pelo intenso fluxo de trabalhadores e carros vindo, sobretudo, do Distrito Industrial.

⁸ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

violências e extorsões contra as mais novas no campo de trabalho. Rebecca relata que sempre houve conflitos entre as travestis, inserindo-se na turma nomeada de “colocadas”, que “eram as donas do pedaço” e praticavam o ato de multar⁹ as “bichinhas novata”. Além disso, as rixas territoriais entre as que trabalhavam na Bola da Suframa e as do Centro compunham o caráter simbólico que essas sujeitas empregavam aos espaços de atividade.

Os campos ocupados por travestis produzem “diferentes fronteiras de convivência e territorialidades”, levando em consideração múltiplas diferenciações que estabelecem acordos, comportamentos, estéticas, hierarquias, identidades, interesses relacionais e violência. Essas fronteiras se dão de inúmeras maneiras, como dito pela colaboradora; a rixa entre travestis que ocupam outras territorialidades é um símbolo da segregação entre as mesmas como forma de proteção do seu espaço de trabalho, mas também de manutenção da rede de proteção e fuga com as já conhecidas. Para além disso, captar a apropriação de partes da cidade e a gestação e complexificação da territorialidade pelas travestis diz respeito à conformação “pelas (redes) de fugas às padronizações comportamentais sociais (...) vinculadas à heterossexualidade e aos padrões de gênero” (COSTA, 2010, p. 82).

Ainda que a hierarquia entre as travestis no mundo da prostituição e as suas consequências se apresentem naturalizadas, a discriminação da sociedade incorporada pela polícia e por “playboyzinhos” é denunciada e, simultaneamente, compreendida como aprendizado. Inúmeras foram as vezes em que Rebecca sofreu ou presenciou agressões nas noites em que “batalhava”; segundo ela, era comum pessoas em carros e em ônibus arremessarem objetos na tentativa de atingi-las. Certa vez, na Bola da Suframa, um ônibus passou e alguém lhe tacou uma pedra. O sangue vindo de sua cabeça desceu pelo rosto, fazendo-a levar a mão à cabeça para obstruir o ferimento. Foi assim que sua noite de trabalho terminou no Hospital do Educandos.

⁹ No mundo do trabalho sexual das travestis, “multar” concerne a uma prática de travestis “mais velhas” retirarem dinheiro das “mais novas” para oferecer e manter a proteção destas nas ruas e avenidas. Contudo, o propósito de multar é diverso e, caso as travestis mais novas se recusassem a pagar, estavam passíveis de agressão. Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

A violência sobre seus corpos e subjetividades surge de diferentes direções. Entretanto, não devemos vitimizar estas por constituírem minoria de gênero, mas rastrear as possibilidades de resistência, sobretudo na relação com seus clientes. Certa vez, Juliana, uma colega de trabalho de Rebecca, saiu com um cliente e, quando retornou, seus seios estavam em carne viva “porque o bofe tinha feito programa com ela dentro do carro e falou que ia matar ela”¹⁰. No intuito de sobreviver, mesmo o carro estando em alta velocidade, Juliana jogou-se para fora do veículo e

saiu cortando o peito todo, aquela coisa assim, porque ela se jogou do carro e saiu rolando. Aí, quando ela apontou “Lá vem ele! Lá vem ele!”, a gente pegou umas pedra e tacamos no carro, no para-brisa. Quebrou o carro todo, mas nem parou, o carro também não parou.¹¹

Embora a violência e as tentativas de homicídio fizessem parte do cotidiano dessas sujeitas, devemos considerar as formas particulares de lidar com as dores, os sofrimentos, os anseios, os medos que a “avenida” reserva. Raras vezes os dispositivos de poder produzidos para oprimir e extorquir “dissidentes sociais” intervêm nos conflitos na zona de trabalho sexual de travestis. Dessas situações problemáticas e emblemáticas, Rebecca rememora um grupo de quatro ou cinco pessoas numa caminhonete que iam toda semana tacar nelas ovos e pedras. Numa dessas idas à Bola da Suframa, a polícia apanhou-os, colocou-os numa fila e “deram umas porrada neles”. Assistindo às agressões, os policiais

perguntaram se alguma de nós tinha faca, alguma tesoura, por enquanto a gente não queria falá, mas – eu sei que vocês têm. Aí uma mostrou lá uma faca, e tinha uns dois ou três cabeludos lá, e a gente cortou o cabelo deles. Foi babado! Mas passamos, assim, umas três semanas fugindo, porque eles iam toda noite atrás da gente.¹²

¹⁰ As violências perpetradas sobre os corpos de travestis e transexuais parte, inicialmente, da família, sobretudo na figura do pai que expõe sentimento de vergonha pela situação do/a filho/a e na própria expulsão do âmbito familiar, relegando-o/a à marginalidade social e a obter no trabalho sexual sua forma de existência e resistência ante a espiral de violência da sociedade. A quantificação dos assassinatos e agressões de travestis e transexuais só foi possível com o trabalho de organizações não governamentais (ONG) como, por exemplo, o Grupo Gay da Bahia, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, através de subnotificações veiculadas na imprensa. TREVISAN, Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018, p. 383-384.

¹¹ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

¹² Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

Ainda que a atitude dos policiais nesse momento estivesse em defesa das travestis, não são descartadas e esquecidas as ações coercitivas sobre seus corpos com o intuito de tirar proveito da relação subalternizada. Isso pode ser constatado quando não somente as prendiam, mas levavam-nas para “dar uma volta”. Essa “volta” pressupõe que “queriam sexo com a gente de graça, faziam sexo de graça e depois soltavam a gente. Era horrível!” Essas relações podem ser configuradas como abuso policial numa perspectiva de negociação desigual pelo direito ao território e ao trabalho, levando em conta a relativa “segurança” proporcionada pelos policiais.

Não são algo novo as investidas da polícia contra as travestis. Em 1986, algumas travestis e homossexuais denunciaram ações coercitivas da polícia, legitimadas “sob a justificativa de que estão coibindo a prostituição e defendendo a moral e os bons costumes”. Dentro dessa lógica proibicionista da prostituição, as travestis em especial são as mais afetadas. Isso é percebido, por exemplo, quando Edson, um homem guei trabalhador do sexo, expõe as atitudes da polícia com as travestis, ao ser preso juntamente com elas: “os travestis serviram de gozação para os policiais, que faziam carinho nos seus seios, mas, de repente, aplicavam-lhes tapas e pontapés”. Após o percurso até o Distrito Policial, foram submetidos coletivamente a xingamentos e obrigados “a ficar nus, até de manhã”, quando foram liberados após fazerem faxina em todo o prédio do Distrito Policial.¹³

Tal subordinação e a atribuição de atividades forçadas por essa parte da ordem estatal violam os direitos humanos sob a perspectiva higienista, moral e sexual da sociedade naquele momento. Além disso, a segurança estatal não é a única instituição a ser denunciada pelas travestis. Incluem nessa denúncia a imprensa, por construir (ou distorcer) fatos objetivando a desqualificação e a produção de juízos de valor sobre um coletivo ou mesmo um sujeito específico. Pragmática da mídia impressa, a incongruência de fotógrafos e jornalistas é repelida com protestos das travestis e homossexuais, entendendo essa instituição como tão “repressora e preconceituosa quantos os

¹³ “Gays: vítimas de violência”. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 33.915, 25 maio 1986, p. 6.

organismos policiais”, justamente por relegarem seus corpos às páginas policiais. Neste sentido, Júlia, uma das travestis entrevistadas pelo jornal do Comércio, narra que: “Saí da casa de meus pais porque saiu uma nota no jornal dizendo que eu era marginal. Não sou marginal, ganho a vida na prostituição. Nunca assaltei, nunca roubei”.¹⁴

Sendo assim, no intuito de evitar o acometimento dos policiais, a construção de métodos de fuga é essencial e específica daquele grupo, sobretudo a formação de conglomerados em locais estratégicos, relativamente distantes e dispersos, para não ser considerado tumulto ou arruaça. Com isso, inferimos algumas especificidades do que se configurara como movimento organizado de travestis no Brasil e que, posteriormente, compreendeu a inserção de mulheres transexuais. Dizemos isto porque alguns dos pressupostos do surgimento de associações, grupos, redes compostas e lideradas por travestis em meados da década de 1990, são tanto o combate e as políticas de prevenção à epidemia de HIV/Aids, quanto as arbitrariedades da Polícia Civil.¹⁵ Seguindo este caminho, Rebecca Carvalho adentra as entranhas do Grupo Gay do Amazonas – não de travestis ou transexuais – na busca de transformar progressivamente e visibilizar a complexa realidade vivida pelas travestis em Manaus.

“Já era travesti, não fazia programa e ia pra associação”

Afastada do trabalho sexual, Rebecca Carvalho interessa-se pela militância e torna-se membro do Grupo Gay do Amazonas (GGA), que tem como presidente Adamor

¹⁴ “Gays: vítimas de violência”. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 33.915, 25 mai. 1986, p. 6.

¹⁵ Regina Facchini aponta que, com o advento da epidemia HIV/Aids, houve um exponencial crescimento de movimentos GLT, dando resposta à propagação do estigma pelas políticas do Estado para prevenção e à diminuição da *vulnerabilidade* dos sujeitos marginalizados. Igualmente, Facchini sinaliza os números de entidades ativistas, em suas diferentes formatações, para não comprometer a dimensão da relevância política dessa comunidade. A autora mostra-nos que “1992 parece ser um ano de grande expansão para o movimento, que se torna crescente a partir de então. Ao VIII Encontro Nacional, realizado em 1995, compareceram 40 grupos GLT. Em 1998, a maior rede de organizações ativistas brasileira – a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – listava 68 entidades GLT brasileiras num documento preparado para um evento internacional. Ao final de 2006, 141 entidades LGBT estavam listadas entre as afiliadas à ABGLT, número que subiu para 157 no início de 2007”. Ver: FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 4, p. 138-139, 27 nov. 2009.

Guedes.¹⁶ Possivelmente pelas atividades exercidas antes da transição de gênero, Rebecca é convidada a ocupar a secretaria da organização, e prontamente o aceita.¹⁷ Como parte do ofício do historiador, é necessário situar o contexto lembrado pela colaboradora acerca do único grupo organizado e mobilizado para lutar pelos direitos humanos e contra a discriminação da população GLT no Amazonas, servindo como prisma para compreender os detalhes da estrutura, objetivos, vivências dentro e fora do movimento social.

Esta organização se localizava, a princípio, na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), na Rua Lima Bacuri, Centro de Manaus. Cedida pelo partido, lá ocorriam as reuniões para articulação das atividades de prevenção, educação e inibição da violência sobre a comunidade GLT, tendo somente à sua disposição duas mesas e algumas cadeiras. Após ficar um tempo neste local, a organização conseguiu, através do Partido Democrático Trabalhista (PDT), um espaço maior, com duas salas, também na Lima Bacuri. Entretanto, segundo Rebecca, “Adamor sempre colocou que não queria ter rabo preso com nenhum partido. Se quisesse dar apoio aceitava, mas sem se comprometer”.¹⁸

Percebemos, nisto, ser histórica a relação dos movimentos sociais identitários com os partidos políticos, sobretudo com o Partido dos Trabalhadores. O sociólogo Rodrigo Cruz chama a atenção para a fundamental participação dos homossexuais na fundação do PT na década de 1980, pois o partido reclamava uma espécie de aliança entre os

¹⁶ Conforme o Grupo Gay do Amazonas foi ganhando visibilidade e prestígio no estado enquanto única instituição em defesa dos direitos de gueis, lésbicas e travestis, no ano de 2000 diversos ativistas de todo o Brasil se candidataram às eleições. Cerca de quarenta pessoas do movimento foram indicadas durante reuniões ocorridas em 1999, em Goiânia, e no início de 2000, em Maceió. Dentre os escolhidos, Adamor Guedes torna-se pré-candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) para concorrer a uma cadeira na Câmara dos Vereadores de Manaus, em 2000. Cf. “Movimento gay apresenta candidatos em todo o país”. *Jornal do Commercio*, Manaus, n. 38.109, 20 jun. 2000, p. 4.

¹⁷ Antes da transição de gênero, Rebecca exerceu atividades em diferentes empresas. A primeira aconteceu por intermédio de Antônio, seu companheiro naquele momento, como *office boy* de um banco. Após um tempo nesta função, foi promovida a compensadora e depois caixa, na mesma instituição. Infelizmente não lembrou o nome do banco em que trabalhou. Depois de três anos, foi contratada pela companhia aérea *TransBrasil* e, após um tempo, passou a trabalhar como recepcionista em um hotel de selva.

¹⁸ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, situada no bairro Alvorada, em Manaus.

sujeitos subalternizados, levando em conta a aglutinação de interesses similares. Cruz nos diz que

os movimentos de perfil identitário, impulsionados por setores médios da sociedade, se dirigiram ao PT porque viram nele a proposta de uma política alternativa, que promovia a participação democrática, ao mesmo tempo em que consideravam engajamento partidário uma oportunidade de ampliar o alcance de suas causas.¹⁹

Tendo uma sede provisória, com mais espaço para trabalhar e planejar seus caminhos, Rebecca, já como secretária, explicita a crescente visibilidade do GGA na cena Amazônica, sobretudo quando construíram projetos financiados pelo Ministério da Saúde, instituição relevante na manutenção dos direitos humanos até hoje. Nesse sentido, o projeto “Boto-Cor-de-Rosa”, o primeiro de que Rebecca participou, desenvolvia a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis em travestis e gueis no Amazonas. A equipe era composta por uma ação de coordenação e três agentes multiplicadores. Estes agentes consistiam em um guei, uma lésbica e uma travesti, que realizavam o curso de capacitação sobre “doenças venéreas”, sintomas e cuidados, e a partir disso selecionavam os mais capacitados e lhes pagavam um salário-mínimo. Todavia, não se encerrava nisso:

ela tinha que levá uma prancheta, os preservativos tudinho, o *folder* informativo sobre doenças venéreas. Ela já tinha feito curso sobre o que [é] que era doença venérea, quais são os tipos, quais são os direitos, e ela já levava essa informação, e qualquer problema ela trazia pra associação. Ela tinha que prestá conta toda semana de quantos preservativos ela entregou, qual foi o ponto, qual foi as travestis, [estas] só fazia dá um rabisco do lado pra dizê que recebeu. E aí ela nos prestava conta, entendeu?²⁰

O exercício de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis (DST)²¹, especialmente ao HIV, na década de 1990, constituía uma prática comum e importante

¹⁹ Não somente o Partido dos Trabalhadores (PT) buscava fazer alianças com os “novos movimentos sociais”, como eram compreendidos, mas outros partidos políticos, justamente pelo engessamento das regras de registro eleitoral, segundo a qual tinham que ter significativo número de filiados. Por isso, alguns partidos de centro e de direita, repentinamente, se interessaram em dialogar com ativistas homossexuais, à época, de forma claramente oportunista. Para melhor análise, ver: CRUZ, Rodrigo. Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

²⁰ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 21 de julho de 2018 na sede da ASSOTRAM.

²¹ Optamos pela nomenclatura “doenças sexualmente transmissíveis” por ser o termo utilizado à época e assim não incorreremos em anacronismos. Atualmente essa noção de “doença” foi repensada e a nomenclatura modificada para “infecções sexualmente transmissíveis” (IST), destacando possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

nos movimentos políticos LGBT, pois atribuíam – como até hoje, mas bem menos – o *boom* do HIV/Aids às homossexualidades, numa perspectiva terrorista propagada como “peste guei” (TREVISAN, 2018, p. 401). Então, associações e grupos como o Grupo Gay do Amazonas passaram a atrair recursos e a garantir a sobrevivência financeira dos associados inseridos no projeto, a fim de promover a cidadania e os direitos por meio da capacitação dos agentes multiplicadores e da própria coordenação. Além disso, pressupomos que o papel exercido pela organização no que tange ao acesso ao serviço de saúde, especificamente pelas travestis, configura uma alternativa de diálogo e de mediação entre os eixos sistema de saúde/movimento social/público-alvo, levando minimamente tecnologias de prevenção e cuidados para redução de danos.²²

A construção de políticas afirmativas, além da elaboração e efetivação de projetos de prevenção, possibilitava o exercício da cidadania através do direito à cidade, quando gueis e travestis iam à associação para denunciar a cotidiana violência policial praticada nas madrugadas. Diante disso, Rebecca relata que, a partir do agravamento de denúncias contra a segurança pública, decidiram entrar em

contato com a Polícia Militar, e depois de várias conversas eles cederam umas duas vezes por semana, praticamente um mês, a gente palestrá pros policiais. Mais ou menos uns cinquenta policiais em cada palestra, e a gente falava o que era sê um *gay*, o que era sê uma lésbica, qual era nossos direitos, que não difere do direito de nenhum outro sê humano, mas que pelos nossos trejeitos nós éramos diferenciados. Nossos trejeitos, nosso [jeito] de vestí, de comunicá, nós éramos diferenciados e pô isso a gente era discriminado.²³

A relação entre o movimento LGBT e a polícia era um fato incomum até aquele momento, tanto em Manaus quanto no restante do país, o que pode ser justificado pelo

²² Em 2015, Keila Simpson, ao escrever sobre travestilidade e transexualidade no Sistema Único de Saúde, concorda com a afirmação de que foi com a epidemia de HIV/Aids que “se iniciou a entrada de grande parte dessa população no SUS. Antes dessa epidemia era difícilmo incentivar uma travesti a cuidar da saúde nos serviços”. Destacar a epidemia de Aids nas décadas de 1980 e 1990 como fator preponderante para a inserção das pessoas trans na saúde é um equívoco, porque acaba corroborando os discursos hegemônicos que atribuem a infecção à população de travestis e transexuais, não levando em consideração a construção da instituição de saúde baseada em posturas discriminatórias. Tais posturas, infelizmente, ainda são evidentes nos postos de saúde, pela explícita falta de formação continuada dos servidores. Ver: SIMPSON, Keila. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. In: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

²³ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

reforço conservador e discriminatório da Ditadura Civil-Militar. Esse feito inédito na cidade é aclamado por Rebecca por ter sido o Amazonas o segundo estado no Brasil a ter esse diálogo com uma instituição hegemonicamente opressora. Os resultados desse estreitamento de relações foram sentidos na diminuição das queixas, como também na visível tomada de consciência dos policiais a respeito dos direitos que gueis, lésbicas e travestis tinham como cidadãos e cidadãs.

Nesta relação dialógica e interpretativa, revelando os lugares e a importância dos eventos para os entrevistados (PORTELLI, 2016, p. 12), Carvalho, ao continuar contando as ações executadas enquanto membro e secretária-geral da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT) – antigo GGA –, explicita um programa direcionado especificamente para travestis, intitulado “Sereias da Noite”. Segundo ela, candidataram-se vinte travestis que participaram de um teste de conhecimentos sobre DST/HIV/Aids. Dependendo das respostas, era feito durante três dias um curso de capacitação, que ao final incluía outra atividade para selecionar apenas duas travestis como agentes multiplicadoras. Nascido de um curso de elaboração de projetos em Fortaleza, o título do projeto é justificado por Rebecca de forma categórica e simbólica em relação ao “ser travesti”:

batizei ele ‘Sereias da Noite’ porque ‘Sereias da Noite’ tem tudo a vê, porque nós somos sereias da noite, nós encantamos, né? Tanto homem quanto mulhê, a gente encanta qualquer pessoa! A gente tá lá, naquele cantinho lá, parece uma sereia, todo mundo olha.²⁴

Desse esforço foram selecionadas duas travestis: Safira e Samara Tempestade.²⁵ Ambas assinaram o contrato e recebiam o benefício.

A coordenação composta por e para “travestis” sob financiamento do Departamento de DST e Aids do Ministério da Saúde propõe o empoderamento e o protagonismo político dessa categoria identitária no Amazonas, repercutindo, *a posteriori*,

²⁴ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

²⁵ *Idem*. Segundo Rebecca, Safira já é falecida, e Samara Tempestade foi uma sujeita discriminada e expulsa do famigerado Colégio Estadual D. Pedro II por andar de mãos dadas com um colega. O GGA foi procurado pela família das vítimas, na tentativa de contornar a situação judicialmente, resultando, após o embate, no retorno de ambos os alunos. Importante ressaltar que, à época, Samara era entendida socialmente como um adolescente homossexual.

na construção de associações específicas de travestis e transexuais. É nesse sentido que Mario Carvalho e Sérgio Carrara afirmam que o Ministério da Saúde constituiu a “principal parceria que não só tem possibilitado financiamento para as atividades do movimento, como também se tornou porta de entrada dessas militantes para outras interlocuções com o poder público” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 343). Por isso, o protagonismo de Rebecca num movimento gestado e liderado por um homem guei foi fundamental para que outras travestis se aproximassem e se mobilizassem para reivindicar um lugar político para a categoria.

Aí as travestis começaram a procurá mais a associação, tanto que nós tivemos que alongá o horário de atendimento. A associação abria das oito às cinco da tarde, e ficamos abertos até as sete da noite, porque era o horário que as travestis passavam na associação, porque a gente tinha uma associação no Centro e ficava ali na... Guilherme Moreira? Tem a Rua Ramos Ferreira e a outra que vai dá na Igreja Aparecida... Monsenhô Coutinho! Na Monsenhô Coutinho. E aí era o Centro, então as travestis já começavam vi na associação mais ou menos seis e meia pra sete horas, pegavam os preservativos e já frequentavam lá, e aí a gente teve uma grande abertura pras travestis nessa época.²⁶

A readequação dos horários de funcionamento, a permanência da sede no Centro enquanto local estratégico, a distribuição de preservativos e a manutenção do diálogo com as travestis são características de uma tentativa de aproximação sentida com maior abertura por essa comunidade. A partir da frequência e da participação nas reuniões começaram a surgir novas lideranças, dinamizando e valorizando as múltiplas identidades sexuais e de gênero inerentes à comunidade. É o caso da Jaqueline, que, ao passo que frequentava o espaço da AAGLT, conversando, tecendo amizades e militando, decide fundar

uma associação de travestis, que foi a “Fadas”, que era uma associação de travestis, mas infelizmente não vingou, né? Não sei se ela teve CNPJ ou não, mas ela foi uma que começou a participá, começou a gostá, foi militante. Hoje ela trabalha numa outra associação: Associação Garotos da Noite, né? Eu também não sei por que [é] que ela tá lá, é uma travesti numa associação de garotos da noite, de garotos de programa, mas abriu pra ela, ela tá lá. Ela tá até como presidente da associação, e ela é uma travesti, uma transexual, tudo. E ela

²⁶ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

começou no nosso movimento... que dizé, *de mil que pelo menos duas ou três tenham consciência dos seus direitos, isso pra gente já é uma vitória.*²⁷

Embora inconscientemente Rebecca tenha aberto um espaço político para as travestis, Jaqueline enveredou por outro caminho (Associação Garotos da Noite), distinto das suas experiências de vida, o que leva ao questionamento, por parte da entrevistada, do motivo de estar num ambiente dissemelhante do “ser travesti”. Simultaneamente, ela se contradiz e apreende como uma “oportunidade”, uma “abertura” para a inserção de Jaqueline na presidência de uma associação predominantemente ocupada por homens cisgênero.²⁸

Eder Sader, em seu livro *Quando novos personagens entram em cena*, ao discutir a importância da linguagem na articulação política dos trabalhadores, argumenta que, “se tomarmos um grupo de trabalhadores residentes numa determinada vila da periferia, poderemos identificar suas carências, tanto de bens materiais necessários a sua reprodução quanto de ações e símbolos através dos quais eles reconhecem naquilo que, em cada caso, é considerado sua dignidade” (SADER, 1987, p. 58-59). Transpondo essa ideia para o interesse em construir um movimento “trans” no Amazonas, era imprescindível a identificação dos obstáculos e “carências” inerentes às vivências das travestis no acesso aos direitos básicos (educação, saúde, justiça etc.), causados pela manutenção da heterossexualidade compulsória radicada na sociedade.²⁹

“Voltar a ser militante é um pouco cansativo, mas é gostoso”

²⁷ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada. Grifo nosso.

²⁸ A Associação Garotos da Noite foi fundada em 2006, tendo inicialmente como público específico garotos de programa; posteriormente houve ampliação das categorias prioritárias, como Trabalhadores e Trabalhadoras do Sexo e Pessoas LGBT. Ainda, promove encontros e palestras em torno da saúde e dos direitos humanos. Atualmente é presidida por Dartanhã Gonçalves e Marinês Maciel de Souza.

²⁹ Para a filósofa norte-americana Judith Butler, a heterossexualidade compulsória produz e reproduz regimes de poder/discurso como unívoco e hegemônico, regulando e governando práticas de gênero sobre os corpos de pessoas que rompem com as categorias de sexo, gênero e sexualidade estabelecidos como “normais”, escancarando sua fragilidade pelas categorias travesti e transexual. BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 11 e 43.

Após a morte da mãe em 2004, Rebecca inicia o seu processo de afastamento da então Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), sob inúmeras justificativas, sobretudo a de construir uma estabilidade financeira, já que não estava mais inserida no trabalho sexual. Sobre isso, conta que

fui corrê atrás do meu objetivo de vida, né? Porque você vivê só de militância, você não recebe aquele dinheiro. Apesá de que a gente trabalhava através de projeto. Nosso projeto já tinha finalizado. Então, já tinha montado meu salão, já tava com salão feito, então corri mais atrás do meu salão.³⁰

A execução de projetos através de financiamentos é uma alternativa para que a população de travestis alcance as benesses da “cidadania” destacada nos movimentos sociais identitários. É claro, em sua narrativa, que a participação em e a coordenação de projetos a motivaram a construir o seu próprio salão de beleza, garantindo a subsistência econômica e social que a militância não oferecia.

Já afastada do movimento social, no verão de 2005, recebe a informação de que o precursor do movimento homossexual no Amazonas é assassinado, vítima de homofobia. Os jornais não noticiam ou sequer mencionam este fato. Contudo, os bastidores são rememorados por Rebecca por considerar Adamor Guedes um grande amigo. Após o velório e enterro, alguns dias se passaram e se iniciou a disputa na “associação de quem ia ser presidente. Na época, quando a gente transformou o GGA, que era Grupo Gay do Amazonas, em Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis (AAGLT), teria que ter presidente, então a gente colocou a Bruna como presidente”.

Mas não foi assim tão simples. A AAGLT possibilitou a formação de novas lideranças para construir associações de acordo com suas identidades sexuais e de gênero, respectivamente. E foram entre essas lideranças, juntamente com o restante dos membros assíduos, que se deu a reunião. Rebecca opôs-se à nomeação de Bruna La Close por considerá-la ainda “crua” para assumir uma instituição decenária.

³⁰ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

Bruna assumiu a presidência e transferiu-a para o bairro do Coroadó, especificamente para a Associação do Coroadó.³¹ Após um tempo nesse espaço, La Close

conseguiu dinheiro em parceria com outras pessoas e conseguiu alugá uma sedezinha lá na Avenida Epaminondas, próximo ao Colégio Militar, onde ela até pediu que eu fosse trabalhá com ela. Aí fui trabalhá como secretária lá. Aí ela começou a corrê atrás de fazê a parte da visibilidade da associação, que foi a Parada Gay, que era o que mais dava visibilidade. Então foi isso que ela engajou nesse sentido.³²

Após ter contribuído cerca de seis meses como secretária, Rebecca novamente se afasta e aponta que aos poucos os problemas da AAGLT culminaram em seu desmoronamento. Gradativamente seus membros foram se desvinculando. Como uma hipótese, conclui-se que os problemas burocráticos atrelados ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) são a causa da impossibilidade de captação de recursos. Não podendo mais controlar a crise pela qual a decenária AAGLT passava, Bruna La Close decide encerrar as atividades da associação. Posteriormente, “abriu outra associação, que foi a APOLGBT, a Bruna como presidente dessa associação. Nada mais a ver com a AAGLT. Ela só partiu agora para focar nas paradas LGBT.”³³

Sendo convidada, vez ou outra, para criar a logomarca e participar das Paradas do Orgulho LGBT, mal sabia que em um desses encontros seu destino e o de tantas outras travestis e mulheres transexuais (agora já entendida como identidade política) mudaria.

Em 2017 ocorre em Manaus o Encontro Regional de Travestis, Transexuais e Homens Trans, sob a supervisão de Bruna La Close. Convidada pela mesma para participar da organização, Rebecca aceita prontamente, já que “sempre tive a militância, quando pediam ajuda minha”. Ocorrido em maio (mês do combate à LGBTfobia), o

³¹ Na tentativa de buscar a localização desta associação mencionada por Rebecca não obtivemos êxito, por não constar nos registros da Internet. Não sabemos ao certo se existiu ou se modificou de 2005 até o momento atual. As associações mais antigas são a dos Idosos e a dos Servidores da Universidade Federal do Amazonas, ambas no bairro Coroadó.

³² A Parada Gay, que posteriormente se torna Parada LGBT, não se iniciou com a gestão de Bruna La Close, mas ainda com a de Adamor Guedes, em 2003. Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

³³ *Idem*. Associação da Parada do Orgulho LGBT – APOLGBT.

evento durou cerca de três dias.³⁴ Nesses dias intensos, conheceu Joyce Alves e Mirna Lysa, e reencontrou Camila Brasil, aquela que apresentou à Rebecca o mundo de “ser travesti” e o trabalho sexual. Nesse ínterim:

Aí, conversa vai e conversa vem, contei um pouco da minha história, contaram parte delas, que a Joyce tava sendo militante, aquele sangue novo, que tava toda empolgada. A Mirna já com sua carga de história também. Aí conversamos e surgiu a ideia: “bora montá uma associação nossa? Pra gente lutá pelos nossos, em vez de outros lutarem pela gente, a gente i para frente e vê o que podemos fazê por nós mesmas”. Aí pronto, começou a se reuni nós quatro e decidimos fazê uma associação. Eu falei que poderia fazê a parte da Ata, toda a parte burocrática poderia auxiliá porque já tinha conhecimento. Aí juntamos mais meninas e fizemos uma assembleia, e elegeram a gente como as primeiras da diretoria, porque o cargo é de três anos, depois a gente vai dá oportunidade para outras meninas virem, ou não. Aí a gente começou e estamos até agora.³⁵

No mesmo ano é fundada a Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Amazonas (ASSOTRAM), especificamente no dia 16 de agosto. É a primeira associação com a finalidade de abarcar as múltiplas identidades de gênero para não comprometer o diálogo político em torno de pautas que contemplam as categorias. Por algum tempo, travestis e mulheres transexuais mantinham divergências e constantes embates, sobretudo no que concerne à cirurgia de “redesignação sexual” e à universalidade desse direito no sistema público de saúde.

Na ASSOTRAM, como é comumente conhecida, Rebecca ocupa o cargo de secretária-geral, redigindo as Atas das reuniões mensais; os ofícios para as Coordenações Estaduais e Municipais de IST/HIV/Aids e Hepatites Virais e para outras entidades governamentais que colaboram com o trabalho de base nos pontos de trabalho sexual, nas universidades, nas escolas, e participando da construção de projetos, objetivando angariar recursos, já que a organização foi concebida e permanece sem fins lucrativos.

³⁴ Com apoio da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPEA), foi realizado o 3º Encontro Regional de Travestis, Transexuais e Homens Trans, nos dias 16 a 18 de maio de 2017. Este evento visibilizou o dia do combate à LGBTfobia (17), tendo participação de diversas organizações brasileiras que defendem os direitos humanos LGBT, sendo aberto pela presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Keila Simpson. Blog do Hiel Levy. *Encontro de travestis, transexuais e homens trans começa hoje em Manaus*. 2017. Disponível em: <<https://blogdohiellevy.com.br/encontro-de-travestis-transexuais-e-homens-trans-comeca-hoje-em-manaus/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

³⁵ Rebecca Carvalho. Entrevista realizada em 13 de agosto de 2018 em sua residência, no bairro Alvorada.

Entre diversas atividades promovidas pela ASSOTRAM, o dia 29 de janeiro é considerado significativo para o movimento “trans” no Brasil, por constituir uma etapa em que travestis e transexuais tornaram-se as “protagonistas” e idealizadoras das novas políticas públicas do Ministério da Saúde, em 2004, sendo considerado um “momento simbólico de reconhecimento do movimento” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 344). Esta radical mobilização do movimento possibilitou a participação ativa das travestis e das mulheres transexuais através da politização e da tomada de “consciência dos direitos” importantes para haver crescimento de militantes interessadas no embate por políticas públicas mais abrangentes.

Considerações finais

“A sociedade que não sabe me inventar sem me desprezar”, disse uma travesti brasileira a um comunista das Brigadas Vermelhas no presídio de Rebibbia, na Itália, em 1993 (ALBUQUERQUE; JANNELLI, 1995, p. 11). Tal enunciado representa o que muitas sentem a partir do momento em que experienciam suas identidades de gênero quando distintas do dimorfismo homem-pênis/mulher-vagina. Os acessórios considerados femininos e a utilização de hormônios, bem como de silicone, são apropriados para modificar o corpo e a subjetividade com o intuito de viverem plenamente a identidade travesti. Esse sentimento certamente circulou inúmeras vezes pela mente de Rebecca ao ser exposta à violência por parte da família, dos amigos, das colegas de trabalho, da polícia e da sociedade hipócrita como um todo.

A canalização das experiências adquiridas por ela ao longo dos seus 48 anos certamente fortaleceu-a, levando-a a reconhecer nas “ruas” e “avenidas” um espaço de disputa, de sociabilidade, de risos e choros e, sobretudo, de aprendizado. Diante dessas vicissitudes inerentes à vida travesti foi que, em 1996, nossa colaboradora imergiu no espaço de luta dos movimentos sociais – e gostou. Tornou-se secretária, participante e idealizadora de projetos sociais com a finalidade de não somente instruir as travestis trabalhadoras do sexo, mas sinalizar um espaço de diálogo e de luta ao qual poderiam recorrer.

No âmbito de tais reviravoltas, o sentimento de militância firma-se de maneira profunda em sua vida, a ponto de sempre voltar após um período de distanciamento, como uma trombeta-chinesa, que se multiplica e dá flores. A ASSOTRAM é uma dessas ramificações floridas, advinda da iniciativa de Rebecca junto com outras mulheres trans e travestis – Joyce Alves, Mirna Lysa e Camila Brasil. Situada num outro contexto de disputa política e social, a organização encara um novo formato de ativismo, atrelado ao transfeminismo, com o fim de garantir a permanência dos direitos e a idealização de *políticas afirmativas* para a população trans, contrariando a invisibilidade e a marginalidade que a transfobia proporciona. Os desdobramentos da história de Rebecca Carvalho são muitos, contudo nos deteremos a esta análise de sua vida, por enquanto.

Referências Bibliográficas

ALBURQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. *A princesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, v. 2, n. 14, 2013, p. 319-351.

COSTA, Benhur Pinós da. Emergência de novas territorialidades urbanas: a condição homossexual. In: *Cidades brasileiras: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais*/ José Aldemir de Oliveira (Org.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 47-67, 2014.

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 3, n. 4, p. 138-139, 27 nov. 2009.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História Oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos; NICOLAU, Marcio. Vidas precarizadas e existência reinventada: experiências trans entre o Brasil e a Europa do Sul. *Transversos: Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, dez. 2018.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos estudos de gênero. *OPSIS*, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015.

TREVISAN, Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

Fontes

ORAIS

Rebecca Carvalho. [Entrevistas cedidas a Michele Pires Lima, Manaus (AM)], 21 de julho de 2018/ 13 de agosto de 2018.

DIGITAL E IMPRESSA

Jornal do Commercio, Manaus, n. 33.915, 25 maio de 1986.

Aedos, Porto Alegre, v. 12, n. 26, ago. 2020

Jornal do Commercio, Manaus, n. 38.109, 20 junho de 2000.

LEVY, Hiel. Encontro de travestis, transexuais e homens trans começa hoje em Manaus.

Blog do Hiel Levy, Manaus, 15 mai. 2017. Disponível em:

<[https://blogdohiellevy.com.br/encontro-de-travestis-transexuais-e-homens-trans-](https://blogdohiellevy.com.br/encontro-de-travestis-transexuais-e-homens-trans-comeca-hoje-em-manaus/)

[comeca-hoje-em-manaus/](https://blogdohiellevy.com.br/encontro-de-travestis-transexuais-e-homens-trans-comeca-hoje-em-manaus/)>. Acesso em: 20 jul. 2019.